


Discurso

Organização dos Estados Americanos



LUIGI R. EINAUDI, SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PERMANENTE REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2004 "RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DA OEA REFERENTES AO HAITI, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003 A 10 DE MARÇO DE 2004")
Abril 7, 2004 - Washinton, DC

 [Imprima esta página](#)
 [Enviar esta página](#)

REFERÊNCIA

[Notas à Imprensa](#)
[Últimas Notícias](#)
[Discursos](#)
[Site de l'OEA](#)

(Item 2 da ordem do dia:

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente preveniu-me ontem que este debate seria interessante. Mesmo assim, eu não me achava preparado para a riqueza desta discussão.

Já na minha primeira intervenção, procurei assinalar que nem sempre somos capazes de prever tudo o que existe e todas as condições em cada situação, e na situação do Haiti o caso é certamente este. Gostaria de concentrar-me nos três pontos que o Embaixador da Colômbia nos apresentou de maneira muito prática, mas, acredito, de maneira intelectualmentemente judicosa. Em essência, deveríamos admitir falhas, deveríamos tentar ser claros a respeito do que ocorre e não deveríamos basear-nos em tecnicidades. Estou de inteiro acordo. Já declarei de público, e a imprensa assim o registra, que o que ocorreu no Haiti, na minha opinião, foi um desastre. Muito claramente, esta Organização não buscou o resultado que ocorreu no Haiti. Vou mais longe. Eu diria que, na verdade a começar ainda antes das eleições de maio de 2000 e em escala crescente, fizemos tudo o que foi possível para tentar prevenir esse resultado, chegando inclusive à criação de uma Missão Especial no segundo trimestre de 2000, depois que um surto de violência no Haiti deixou clara a necessidade de fazer mais do que as negociações e preconizações em que estávamos empenhados até então.

Claro está que agimos coletivamente. De fato, duvido que exista nos anais da OEA outro caso em que se tenha mantido o Conselho informado de maneira mais integral e contínua, e podemos recorrer ao portal da OEA em rede para encontrar os registros documentados. Sabíamos que as coisas não marchavam bem. De fato, no dia 28 de fevereiro, em face da iminência de intensificação da violência e das perdas de vida no Haiti, o Secretário-Geral emitiu o seguinte comunicado:

O Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, reiterou hoje sua preocupação com a situação no Haiti, condenando a violência, a desordem e o desrespeito aos direitos humanos no país. Temendo que o custo da anarquia reinante seja incalculável para o Haiti, o Senhor Gaviria fez um apelo aos atores influentes líderes do governo, dos partidos políticos, da sociedade civil e das igrejas – e a todo o povo haitiano em geral para que adotem um trégua como passo inicial no desenvolvimento de um processo democrático inteiramente inclusivo, no interesse comum.

São apenas palavras, poderão dizer mas, por certo, foram palavras que eu defenderia como totalmente ajustadas aos mandatos destes corpos políticos.

Infelizmente, o apelo não foi ouvido, como também não o foi meu primeiro apelo de trégua, em dezembro de 2001, o que assinalo para salientar o fato de que a nossa preocupação já se manifestava desde há muito tempo.

Agora, fomos surpreendidos. Ainda está gravada no meu telefone celular a chamada feita um minuto depois das sete horas da manhã do dia 29, em que David Lee dizia que acabava de ouvir algo de que eu deveria ser imediatamente

informado. Com franqueza, acho que ninguém na Missão, certamente nem eu, certamente nem o Secretário-Geral e, creio que, provavelmente até o começo daquela semana, nem mesmo o Presidente Aristide teria pensado que o seu sistema de segurança e controle iria desmoronar tão ligeiro e com tanta rapidez.

O fato é que nem eu nem ninguém na OEA sabemos exatamente o que aconteceu. Esta é uma razão pela qual também não passamos na segunda prova proposta pelo Embaixador Serpa.

Contudo, não estamos travando debates teóricos sobre uma matéria que é prática e viva. A vida política, em particular a vida política num momento de crise, é algo que requer decisões e requer ações. Chegamos aqui em parte – mas apenas em parte – ao terceiro ponto do Embaixador Serpa, o “contentillio” do artigo 28, página 25. Digo que estamos tratando neste caso dos Artigos 148 e 149 da Constituição de 1987 do Haiti. Essa Constituição dispõe que, “no caso de o Presidente considerar-se temporariamente impossibilitado (artigo 148) de exercer suas atribuições, a autoridade executiva recairá no Conselho de Ministros, sob a presidência do Primeiro-Ministro”. Na primeira parte do artigo 149, lê-se o seguinte: “Se, por qualquer razão, resultar vago o cargo de Presidente da República, o Presidente da Suprema Corte da República ou, na sua ausência, ... será investido temporariamente das atribuições de Presidente da República ...”.

Para mim, na manhã do dia 29, um minuto depois das sete horas da manhã, a pergunta era: “que ocorreria a seguir e também, implicitamente, agora que o desastre aconteceu, que papel deveria a OEA desempenhar nessa situação?”

Talvez alguns dos Senhores não recordem, mas o maior agrupamento da oposição, a Plataforma Democrática, já emitira uma declaração em 31 de dezembro – na verdade datada de 31 de dezembro, mas emitida em 2 de janeiro – que dava conta de todo um procedimento que não seguia a Constituição da República do Haiti e sugeria outros juízes da Suprema Corte mais do seu agrado para substituir o Presidente Aristide, em cuja partida insistiam, como os senhores estão lembrados, antes mesmo de concordarem em desempenhar um papel politicamente positivo no país. Estávamos lidando com uma situação de iminente banho de sangue. Insisto neste detalhe porque a violência, que já era grande, com muitas mortes e evidente perda de tudo o que se assemelhava a ordem e controle na República, alastrara-se nos dias anteriores inclusive para a capital, Port-au-Prince, o que levou o Secretário-Geral a formular o seu apelo no dia 28.

Nossa primeira ação, “contentillo”, foi descobrir o que ocorria, onde estava o Primeiro-Ministro, onde estava o Presidente da Suprema Corte. Sucede que o Primeiro-Ministro estava disponível e tinha em suas mãos a carta de renúncia do Presidente Aristide. Pode-se discutir, e desde então se discute o seu significado, se era realmente uma carta de renúncia, se ela fora corretamente traduzida.

Em primeiro lugar, o estilo era claramente de Jean-Bertrand Aristide, ninguém mais poderia ter escrito aquela carta. E, em segundo lugar, também é claro que se tratava de sua assinatura. Eu não vi a carta naquele momento. Tudo o que fiquei sabendo é que Yvon Neptune, o Primeiro-Ministro do Haiti, aceitara a autenticidade da carta e que a lera por uma estação de rádio. Não me pareceu, daqui de Washington, D.C., que existisse dúvida a respeito da renúncia. Yvon Neptune dificilmente poderia ser membro da oposição. Antes de ser Primeiro-Ministro, fora Presidente do Senado e Presidente do Fanmi Lavalas. Contudo, pusemo-nos à espera porque nos preocupava a possibilidade de que alguém que não fosse Presidente do Supremo Tribunal viesse a ser investido do cargo, como de fato a Plataforma Democrática sugerira no seu documento oficial emitido em 2 de janeiro. O fato é que o Presidente do Supremo Tribunal, tal como previsto no artigo 149, apareceu e prestou o devido juramento de posse.

Àquela altura, acordamos que o Secretário-Geral deveria emitir uma declaração, a declaração a que hoje me referi. Porém, mesmo para nós, mesmo num momento de crise, a questão de pôr os pontos nos iis dos artigos 148 e 149, apesar de importante, não era a questão central.

Existe um velho adágio haitiano segundo o qual o aço corta o papel. A questão era o aço. Não era a Constituição e as leis, mas o que iria acontecer no Haiti

com esse extraordinário acontecimento, para o qual, acredito, ninguém estava preparado. Então, a questão era seguinte: a Missão Especial da OEA deveria retirar-se ou aguardar que este Conselho sentisse a situação? Com toda a franqueza, digo que não hesitei um minuto sequer. Com a violência armada e a ameaça de bandos armados, com um risco efetivamente grande que ainda não fora totalmente afastado, de uma reversão política da sorte que pesava na balança, achei, como seguramente o acharam o Secretário-Geral e a nossa missão in situ, que era essencial que a Missão se mantivesse presente, trabalhando com empenho no sentido de canalizar os eventos, tanto quanto possível. Creio que nos cabe, como representantes da comunidade internacional, uma responsabilidade de agir ao longo de rumos não só tecnicamente corretos, como também substantiva e politicamente corretos.

Explico-me. Vínhamos trabalhando há três anos e meio no Haiti, desta vez ativamente e há dois anos com a presença da Missão Especial. Tínhamos desenvolvido uma série de abordagens e princípios que, de fato, este Conselho ratificara e recomendara. Um desses princípios era o da inclusão, que na maioria das nossas resoluções passara a ser mencionado como a participação de "todos os partidos políticos" no processo, e que fora formalmente reconhecido na fórmula para um Conselho Eleitoral, negociada em Port-au-Prince, em julho de 2001, pelo Secretário-Geral e por este que vos fala. Sabíamos, portanto, quais eram os princípios. Necessitávamos de um processo em que, como afirmou o Secretário-Geral no dia 29 e reiterou na sua declaração do dia 29, nos parágrafos que não foram aqui mencionados, "uma solução para os problemas socioeconômicos de mais de um século que afligem o Haiti somente pode ser conseguida num contexto democrático de diálogo, negociação e modus vivendi no qual os interesses e direitos humanos de todos os haitianos sejam levados em conta".

A declaração do Secretário-Geral não foi emitida na manhã do dia 29, e sim, na tarde daquele dia, depois de feitas todas as verificações e depois de termos tido oportunidade de pensar em algo, que é exatamente isto: que não nos sentiríamos satisfeitos com palavras no papel. Tínhamos de nos preocupar com o aço - e digo por que o aço nos preocupava: porque no momento em que o Presidente Aristide deixou abruptamente o país - e foi tudo o que dissemos, porque era tudo o que podíamos declarar então, e ainda agora, não em termos de teoria ou de debate ideológico, mas em termos práticos naquele instante, bandos de assassinos passaram a caçar e localizar seguidores de Aristide. Tornou-se essencial proteger as pessoas que haviam ocupado posições de responsabilidade no Governo e no Partido Lavalas. E - já não recordo exatamente o que dissemos no relatório - como poderão dizer aqueles que testemunharam aquele período, a força multilateral posicionou quatro viaturas com pessoal armado nos jardins da casa oficial do Primeiro-Ministro para protegê-lo, já que algumas dessas gangues de criminosos clamavam por sua cabeça. Todavia, não estávamos interessados somente nos direitos humanos. Estávamos interessados exatamente em promover o espírito de um processo inclusivo.

É verdade - e, no que me diz respeito, nunca declarei que estava apoiando um plano da CARICOM, agora quando não existe plano da CARICOM - que havia algo imensamente importante a respeito do plano da CARICOM: tratava-se de um plano profundamente democrático, baseado na história política interna da CARICOM e na sua Carta da Sociedade Civil. Basicamente, o plano preconizava, por um lado, que o Presidente Aristide deveria concluir o seu mandato legal e, por outro lado, que a oposição deveria ser compensada com um importante papel político.

Com a partida do Presidente Aristide, claro está que o Plano da CARICOM, como tal, deixou de existir, mas o seu espírito era o único elemento sólido de direção política disponível no Haiti. Nas horas seguintes à partida do Presidente Aristide, o que fez a Missão Especial da OEA foi insistir em que era necessário aplicar o espírito do Plano, em que o Conselho dos Sábios chamado a atuar necessitava seguir um plano previamente negociado, de que todos participariam, inclusive o Fanmi Lavalas. De fato, a nomeação do novo Primeiro-Ministro foi totalmente não-ortodoxa, mas mostra que, quando se pisa sobre as areias movediças da vida política, não há tempo para pensar ou postular "que deveríamos aplicar um plano preparado pela OEA". Desenvolvemos esse plano no segundo semestre de 2003, quando procurávamos romper o veto sustentado por alguns grupos e

assegurar participação integral para todos. O plano previa uma comissão tripartite formada por um representante do governo ou do Lavalas, um representante da oposição e, para assegurar uma medida que o Secretário-Geral classificou, na sua declaração, de "respeito ao bem comum", e não ao bem partidário, um representante da comunidade internacional. Formou-se então essa comissão tripartite. Insistimos em que o chefe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Haiti fosse o representante da comunidade internacional, e conseguimos que um ex-ministro do Governo Aristide fosse o representante do governo, ao lado de um representante da oposição. Este é o Grupo que denominamos Conselho dos Sábios, o qual por sua vez, escolheu o Primeiro-Ministro.

Desde então, vemos que, com a volta das águas ao seu nível normal, debilitou-se o papel da Missão Especial. Estamos à espera das Nações Unidas, estamos aguardando decisões dos países membros. E, tal como apropriado, as novas autoridades haitianas estão adotando decisões sobre o seu futuro rumo de ação. Na Secretaria-Geral estamos inteiramente preparados para aceitar a orientação deste órgão, mas muito me orgulham a posição da Missão Especial, as decisões que tomamos e as que o Secretário-Geral tomou no auge da crise. Não foi apenas uma questão de "contentillio." Sei que o Embaixador Serpa não o sugeriu, mas estou utilizando a estrutura por ele exposta, que nos dota de numerosos subsídios para a formulação de idéias. Muito obrigado, Senhor Presidente.

© Copyright 2005. Organización de los Estados Americanos. Derechos Reservados.
Sede: 17th Street & Constitution Ave., N.W., Washington, D.C. 20006, USA
Tel. (202)458-3000 / Email: multimedia@oas.org

Diseñado por la Oficina de Información Pública - Unidad de Multimedia.